

ATO PÚBLICO

Lançamento do Comitê Brasileiro Pela Anistia - Seção Campinas
Solidariedade aos Presos em Greve de Fome

Faltam pessoas entre nós: companheiros trabalhadores, estudantes, religiosos, políticos professores, líderes sindicais que estão afastados do nosso povo e da nossa luta, vítimas das injustiças do regime militar.

Durante os quinze anos, desde o golpe militar de 1964 o povo brasileiro atravessa um período de total falta de liberdades democráticas, de opressão e de exploração econômica. Para sufocar o descontentamento popular, a ditadura prendeu, torturou, matou e banuiu aqueles que ousaram a levantar a voz contra esta situação.

A justiça tarda mas não falha. É preciso soltar aqueles que estão presos. É preciso que os banidos e exilados voltem para nós. As torturas, os assassinatos, os desaparecimentos devem ser apurados. Os que perderam seus empregos por perseguições políticas têm que recuperá-los. É por isso que queremos uma ANISTIA AMPLA - para todos os punidos por motivos políticos - e IRRESTRI TA - sem condições impostas e para qualquer situação.

O governo hoje, sobre pressão popular, nos acena com um projeto de ANISTIA limitado e mesquinho, que não corresponde às exigências da Nação Brasileira. Um projeto que beneficiará apenas 10% dos presos políticos do país, um projeto que impõe restrições às pessoas que procuram readquirir seus direitos. Além disto este projeto não beneficia os que o governo chama de "terroristas". O governo acusa de "terroristas" os companheiros que pegaram em armas para lutar contra o regime de exploração. Mas suas armas jamais foram apontadas para o povo, e sim contra um regime que explora, oprime, prende, tortura e mata. verdadeiros atos de terror foram praticados pelo governo autoritário.

Que anistia é essa, onde os trabalhadores saem às ruas para reivindicar salários compatíveis com o custo de vida e são atacados com cassetetes e bombas, resultando em morte e prisões de trabalhadores, como foi o caso de Belo Horizonte no último dia 29?

Contra esse acanhado projeto de Anistia, os presos políticos do Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco já estão utilizando o último recurso que lhes resta: arriscam suas vidas numa greve de fome.

Os movimentos de ANISTIA de todo o Brasil se juntam nesta luta reivindicando a aprovação imediata de um projeto de ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRI TA.

Nós, de Campinas, também estamos neste movimento. No dia 08 de agosto será lançado um Comitê Brasileiro Pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita - Seção Campinas.

É preciso que todos os que acreditam nos ideais de justiça e liberdade venham engrossar a nossa luta, participando do lançamento e das campanhas que serão levadas pelo CBA-Campinas.

- * LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS
- * VOLTA DE TODOS OS EXILADOS
- * REINTEGRAÇÃO DE TODOS OS DEMITIDOS, EXCLUÍDOS, REFORMADOS, CASSADOS E APOSENTADOS
- * ESCLARECIMENTO DAS MORTES E DESAPARECIMENTO DE OPOSITORES
- * RESPONSABILIDADE DOS QUE PRATICARAM TORTURAS E ASSASSINATOS
- * REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E DE TODOS ATOS E LEIS REPRESSIVAS
- * DESMANTELAMENTO DO AINDA IMPUNE APARELHO DE REPRESSÃO POLÍTICA
- * READMISSÃO DOS TRABALHADORES PUNIDOS PELA CLT

TODOS AO ATO PÚBLICO • DIA 8 • QUARTA-FEIRA • 18:00 HORAS
LARGO DO ROSÁRIO

ATO PÚBLICO

Resolução do Conselho de Administração - 1984/00000

Considerando que a ADUNICAMP é uma entidade sem fins lucrativos, criada para promover o desenvolvimento econômico e social da região de atuação, e que, para cumprir sua finalidade, necessita de recursos financeiros, resolve:

1. Autorizar o Conselho de Administração a emitir títulos de dívida pública, em nome da ADUNICAMP, para a captação de recursos financeiros, em condições e termos a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, dentro dos limites e condições estabelecidas neste ato.

2. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

3. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

4. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

5. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

6. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

7. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

8. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

9. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

10. Autorizar o Conselho de Administração a estabelecer o prazo, o valor e as condições de pagamento dos títulos de dívida pública emitidos, bem como a constituição de uma reserva para o pagamento dos mesmos.

Feito em São Paulo, a 15 de agosto de 1984, às 18:00 horas.

EDITORIAL

Finalmente, após dois meses o Conselho Diretor da Universidade reuniu-se e tomou algumas decisões de interesse dos docentes:

a) Os contratos por tempo indeterminado, após o primeiro contrato de dois anos;

b) O Conselho Diretor já fez um calendário de reuniões quinzenais. Nessas reuniões serão discutidos problemas e questões de interesse de toda a Universidade;

c) Já na próxima reunião serão iniciadas discussões sobre os concursos;

d) O Conselho Diretor, resolveu determinar ao Magnífico Reitor as contratações e reclassificações para as quais existam recursos comprovados.

Foram realizados em Fortaleza e em São Paulo dois encontros de professores.

Em Fortaleza paralelo a SBPC foi feito um encontro de Associações de Docentes Universitários no qual foi discutido a organização a nível nacional (Federação) e também a Reforma Universitária. Foi apresentado um texto preliminar que deverá ser discutido entre nós para posterior discussão e aprovação no próximo encontro a se realizar em fevereiro. As pessoas interessadas no assunto devem procurar a associação para formamos uma Comissão para estudo do assunto e preparação de teses para o encontro de fevereiro.

O outro encontro de professores foi realizado em São Paulo com a participação de quase oitocentos professores; que trocaram experiências sobre as últimas mobilizações da categoria. Foi escolhida uma comissão de representantes por estado para organizar um segundo encontro de professores para se discutir a organização a nível nacional. Além disso foi tirada uma semana com marchas ou atos públicos pela educação no dia 15 de outubro ("dia do professor").

Saudamos aqui a vitória do povo da Nicarágua na sua luta contra a sangrenta ditadura dos Somozas, que por mais de quarenta anos oprimiu o país. A Adunicamp através de sua participação no Comitê de Solidariedade do Povo da Nicarágua acredita ter dado a sua pequena contribuição aquela luta.

O MDB E OS NOVOS PARTIDOS

JOÃO RODRIGUES FILHO

O momento atual na conjuntura política nacional está levando a esquerda a participar de um debate estéril e divisionista nas forças populares. A pequena-burguesia da oposição toma parte de uma discussão que leva as lideranças sindicais a um falso julgamento da realidade brasileira que mais serve ao regime militar do que ao avanço das conquistas reais dos trabalhadores na sua emancipação econômica e política. A oposição que se diz defensora dos interesses populares começa a fracionar entre opções de manter unida a frente representada pelo MDB ou dividir as forças entre possíveis partidos cujos embriões surgem no próprio MDB e nas velhas tradições populistas.

Nestas duas linhas de discussão tem-se manifestado figuras como a do Sr. Almino Afonso, ex-ministro do trabalho no governo João Goulart, do Sr. Leonel Brixola e de outras personalidades do velho populismo Getuliano como também de líderes sindicais tais como Luiz Inácio da Silva, o Lula, do Sindicato de São Bernardo e Diadema, Benedito Marcílio do Sindicato de Santo André e outras figuras menos expressivas nos meios sindicalistas.

A questão assim proposta em nível político torna-se difícil aquilatar a que mais corresponde a realidade atual do país. A solução real para o impasse em que se encontra o Brasil na atual conjuntura deve originar-se de uma análise econômica e social da realidade brasileira dentro do contexto da economia mundial, pois as questões políticas são geradas pelas contradições inerentes ao sistema capitalista de produção e a direção real do movimento histórico deve ser buscada na forma de como o país produz e distribue as riquezas geradas no processo de produção.

O Brasil possui uma economia quase que totalmente internacionalizada ou seja grande parte da produção encontram-se nas indústrias transnacionais ou no Estado que representa no final das contas o capital estrangeiro através da dívida externa. Nestas condições a categoria clássica de Burguesia Nacio

nal perde todo seu conteúdo real e as aspirações nacionais nos moldes da economia burguesa do século passado torna-se um saudosismo reacionário. O nacionalismo da luta das diversas economias burguesas do século XIX não constitui bandeira de luta de liberação nacional na atual conjuntura do imperialismo mundial.

A questão não se trata de uma opção entre nacionalismo e internacionalismo econômico, o que pressupõe a existência de uma burguesia nacional forte com interesses conflitantes com o imperialismo, mas entre os trabalhadores e o capital em geral, ou seja, entre os explorados do mundo todo e o capitalismo monopolista internacional. O internacionalismo da economia requer como arma de luta contra exploração o internacionalismo proletário e não uma pseudo união nacionalista entre os trabalhadores e o capital nacional, pois este não existe de fato. Dentro deste contexto toda opção política que reforça a união e conscientização dos trabalhadores deve preceder a qualquer outra união ou pacto político entre classes. Por exemplo, se o rachamento do MDB significar a substituição da diretoria pela do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo por dirigentes autênticos da classe operária, que rache o MDB.

A internacionalização da economia brasileira é uma necessidade histórica do atual estágio de desenvolvimento capitalista mundial, e não uma opção que se poderia deixar de tomar a qualquer momento, bastando para isso alguns iluminados tomarem conta do poder do Estado. Por outro lado, o inimigo do trabalhador não é somente o capital estrangeiro, mas o capital como tal. A classificação artificial entre capital nacional e estrangeiro serviu de engodo para enganar a classe trabalhadora dos velhos países capitalistas no passado, mas que no momento atual perdeu todo seu conteúdo real. Ao trabalhador não importa se a fábrica que o explora tem centro de decisão aqui ou no exterior, a fome e a miséria não mudam pelo simples fato do explorador ser brasileiro ou outro gringo qualquer. O Lula numa de suas colocações acertou em cheio na questão quando afirmou que o inimigo dos trabalhadores são os patrões.

O MDB criado inicialmente como oposição oficial cuja finalidade era manter uma fachada democrática externa para o regime militar implantado em 1964, bem como a rotatividade presidencial (o que torna a ditadura militar brasileira sui generis em relação as outras ditaduras latino-americanas), foi aos poucos tornando-se oposição de fato a medida que setores da classe média, médios e pequenos empresários foram marginalizados do controle da economia do país devido a velocidade de acumulação internacional do capital monopolista, acumulação esta que processou diretamente através do capital estrangeiro ou indiretamente através da penetração do Estado na economia brasileira. O que é interessante é o fato de os primeiros lesados pelo golpe militar, aliás o golpe foi dirigido diretamente contra eles, que são os trabalhadores foram os últimos a manifestar sua oposição ao governo através do MDB como nos mostra a análise das eleições pós 64. Este é um dado importante quando se quer manter esta frente de oposições em detrimento das reivindicações mais avançadas da classe operária. Outro dado importante é que a maioria do se opõe ao regime de modo conjuntural e não estruturalmente. Um partido ou agremiação política que se propõe lutar pela destruição de uma ditadura deve como premissa básica se opor de modo estrutural ao regime, ou seja, apresentar propostas de substituição da ordem econômica por outra antagônica sob pena de ser engolida pelas tramas do regime ditatorial.

As duas opções que caracterizam o debate nacional da atual conjuntura política do país, mantido por interesses escusos e pela pequena-burguesia intelectualizada, são artificiais e geradas pelo interesse do capital internacional e pela ignorância do desenvolvimento histórico no seio de nossos "bacharéis". Primeiro convém observar que essa insistência em manter o MDB unido do ponto de vista da pequena burguesia intelectualizada provem do erro em julgar que as chamadas liberdades democráticas burguesas é condição necessária para a transição do capitalismo ao socialismo. Esse esquematismo estanque é anti-dialético e absurdo como pode ver qualquer indivíduo que possui conhecimentos rudimentares do materialismo histórico. As sínteses de contradições análogas não análogas, mas dependem fundamentalmente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das características históricas desse desenvolvimento. Por outro lado, a questão de formação de novos partidos, mesmo o partido dos trabalhadores (PT), é irrelevante, pois um partido autenticamente dos trabalhadores se cria na luta e não antes dela, somente a luta dos explorados, em organizações condizente com seu grau de conscientização, contra os exploradores para a melhoria de suas condições de vida é que vai mostrar a necessidade de se criar um partido político que os represente. Aliás, o que é mais provável é que a própria realidade da luta supere a questão do partido, pois o jogo político no sentido clássico é resquício da infância do capitalismo e portanto ultrapassado.

UM BOM EXEMPLO...

E primeiro foi a greve. E com a greve o funcionalismo público do Estado de São Paulo rompeu com uma tradição obscurantista de acomodação, de passividade. Dessa luta que chegou, nos seus melhores momentos, a reunir quase quatrocentos mil funcionários, resultou um parco aumento de Cr\$2,000,00 para o conjunto do funcionalismo. Desse aumento nós, professores universitários, não participamos. E não diga que isso foi ocasional. O atual governador do Estado já deixou bem claro que devíamos ser punidos porque, na sua opinião, lideramos o movimento salarial.

Mas nesse momento não é disso que precisamos falar.

Nesse momento o importante para o movimento do funcionalismo público de São Paulo são as tentativas de quebrar nossa espinha que as autoridades tentaram iniciar com a punição aos nossos bravos companheiros do IAMSPE.

Como é do conhecimento público, logo após a greve o governo do estado insistiu para que o antigo superintendente do IAMSPE, Dr. Iunes, punisse de maneira exemplar os chamados cabeças da greve do Hospital dos Servidores. Diante da recusa deste, o Sr. Maluf trouxe do Piauí, um tenente-coronel médico, Francisco de Assis Freitas, para que realizasse a função repressiva e de quebra da liberdade reinante no hospital. Quando da posse do interventor, o conjunto de funcionários, médicos e residentes, o receberam condignamente, sob vaias, denunciando a demissão do antigo superintendente. Na sua apresentação o tenente-coronel chegou a advertir aos seus subordinados que "era um excelente atirador". Progressivamente, ele e seu diretor do Hospital dos Servidores, Erasmo Tolosa, foram criando um verdadeiro clima de terror no hospital: dobraram o número de elementos da "segurança", fecharam as portas do hospital e seguiram-se proibições e mais proibições. O diretor do HS desenvolvia um plano de residência médica paga e daí por diante.

As arbitrariedades culminaram na quinta-feira passada com o anúncio da demissão de 7 funcionários e médicos. O número foi pouco após ampliado para 12 e ao final da sexta-feira já parecia atingir a 15, estando previstos mais nomes a serem decepados.

Os funcionários da IAMSPE denunciaram através de nota a demissão dos seguintes companheiros: Zilá de Oliveira (escriturária), Célia Fernandes Vilarinho Peres e Yara Spadini Vicini (assistentes sociais), Lara Lúcia Barreto Belo, Agostinha Penhas Lima e Misuzu Yoshiyasu (nutricionistas) e Cláudio Panuti, Pedro Fava Neto, Helenita Matos Sipahi e Reginaldo Guedes Coelho Lopes (médicos).

Na sexta-feira funcionários e médicos do IAMSPE reuniram-se em Assembléia na AFIAMSPE para discutir os rumos do movimento de defesa dos companheiros atingidos e para denunciar a atitude arbitrária do interventor. Nessa Assembléia além das entidades médicas como Conselho Regional de Medicina, estavam presentes várias unidades de Saúde, além da ADUNICALP, ADUNESP, CBA, Comissão de Justiça e Paz, ABI e outras entidades democráticas. Foi chamada uma assembléia geral da AFIAMSPE hoje (dia 16) às 12 horas para decidir o encaminhamento da luta. Por volta das 20 horas deverá ocorrer uma outra assembléia, na AMIAMSPE.

Após a assembléia de sexta-feira as entidades médicas, classistas e democráticas, além dos deputados estaduais emedebistas Irma Passoni, Fernando Moraes e Marco Aurélio foram ao gabinete do Interventor no sentido de obter informações sobre as demissões. Depois de alguma espera o "poderoso chefe" recebeu apenas os deputados. Como a intenção da nossa presença ali era ouvir a palavra do chefe, apesar do protesto de todos, os deputados foram até a sala do interventor depois de relatar o que considera de grave situação do hospital (nada fundamental), informou que a demissão era "um ato administrativo seu", "que ele não era joguete do Maluf", "que as dispensas eram sem justa causa", etc. Os deputados fizeram ver a ele que tratava-se de mera perseguição política e ele cada vez que ficava sem argumentos respondia que a "justiça decidirá". No final ele ficou de repensar o problema e de dar uma resposta no dia seguinte aos deputados.

Por volta das 20 horas, ainda sexta-feira, reuniu-se a Coordenação Geral Permanente que fez um balanço da situação: além do refluxo em que se encontrava o movimento como um todo, existia o recesso da Assembléia Legislativa, o esvaziamento das universidades, cujos docentes em grande parte, encontravam-se em Fortaleza na SBPC e cujos estudantes estavam em férias. O inimigo não tinha apenas a iniciativa das ações mas escolhera bem a ocasião para travar a batalha. Da análise dos acontecimentos ficou claro para todos que "tratava-se de uma cassação branca", "no momento em que os exilados estão retornando ao país e os professores voltando às Faculdades" e de que "esta é o primeiro passo na escalada geral de repressão a todo o funcionalismo público em sua luta por um melhor atendimento à população, por um direito pleno de livre associação e pelas liberdades democráticas".

Diante de tudo isto a Coordenação Geral Permanente

decidiu:

- a) realizar um ato público ao meio-dia de quarta-feira diante da Superintendência do IAMSPE onde, com a presença do máximo de entidades da Coordenação, de entidades democráticas, de representações sindicais, etc., se reafirmasse a condenação de toda a sociedade ao processo de arbitrariedades e de terror reinante no IAMSPE;
- b) que as entidades deveriam protocolar na Superintendência notas de protesto;
- c) que dever-se-ia fazer toda a divulgação possível destes acontecimentos alertando a todo funcionalismo público que descuidar diante do ocorrido, não se preparar para perseguições semelhantes, significa estar despreparado para a campanha de terror contra todos que participaram do movimento salarial;
- d) apoiar a decisão das assembleias do IAMSPE;
- e) organizar o fundo de greve em benefício daqueles funcionários.

O Sindicato dos Médicos decidiu realizar com todas as associações médicas uma entrevista coletiva de denúncia dos acontecimentos, o que foi feito no sábado. No domingo o conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo publicou nota a partir dos acontecimentos e após denunciar as arbitrariedades conclui perguntando: "a quem interessa nova provocação?".

Ainda no domingo os jornais publicaram o recuo do interventor. Ele decidira não demitir. E, obviamente, isto se deveu à pronta resposta dada pelo funcionalismo público através de suas entidades, da Coordenação Geral Permanente e das entidades democráticas como o CBA, Comissão de Justiça e Paz e da ativa participação dos deputados autênticos do MDB.

Diante do recuo do interventor não mais haverá o ato público e não mais será necessário aos funcionários e médicos do HS ir à greve.

A ADUNICAMP empresta toda a solidariedade aos bravos companheiros do IAMSPE na sua luta contra as formas opressivas existentes naquele hospital e que nada mais são do que a ação daqueles que querem fazer de São Paulo "um laboratório para testar até que ponto será possível impedir a conquista da democracia pelos trabalhadores", nada mais são do que a ação daqueles que só podem viver no mais terrível obscurantismo e na mais terrível das repressões.

Resistir a tudo isso é não apenas uma tarefa política como também uma questão de sobrevivência. Como dizem na sua denúncia os funcionários do IAMSPE: "Se não nos unirmos agora em defesa desses companheiros injustiçados, outras demissões ocorrerão e entre elas poderá estar voce".

ooo

PSIU...

NÃO SE ESQUEÇA!

TODAS

QUINTAS-FEIRAS

TEM

REUNIÃO DA ADUNICAMP

NA CB-05.

COMPAREÇA!!!